

Entrevista:
PROF. DR. HUGO ROMERO*
UNIVERSIDADE DO CHILE

Entrevistadores:
Denise Cristina Bomtempo e Edilson Pereira Júnior*

Edilson Pereira Júnior: Professor o Senhor poderia comentar como as Universidades e os Cursos de Pós-Graduação incentivam a pesquisa geográfica no Chile.

Hugo Romero: Bom, primeiro, a tradição de investigação da Geografia no Chile se remonta ao século XIX, porque os primeiros geógrafos a chegarem no País foram alemães. O Governo chileno mantinha boas relações com o Governo alemão, devido à importante colonização alemã no sul do país, e como consequência, houve influência decisiva. Aliás, podemos dizer que os fundadores da pesquisa geográfica no Chile foram os alemães. Um deles se chamava Hans Steffen, o primeiro a percorrer e explorar o litoral patagônico, além de todo o litoral austral. Mas um outro nome deve ser lembrado, o do grande naturalista Ignácio Domeyko, de origem polaca, que explorou o norte do país, o deserto e as montanhas. Foram, de fato, os pioneiros da pesquisa geográfica no Chile. Depois disso, nos anos de 1950 e 1960 muitas investigações relacionadas com o planejamento regional chileno estimularam a chegada de pesquisadores estadunidenses e franceses. Isso consolidou uma comunidade de pesquisadores vinculada a esses dois países. A partir de 1970, foi para o Chile um grande número de intelectuais brasileiros exilados, no mesmo período da chegada do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e entre eles, tínhamos alguns geógrafos. Eu não tive condição de conhecê-los, mas, certamente, os anos de experiência socialista, junto com as pesquisas realizadas, permitiram contribuir com a formação de pesquisadores no Departamento de Geografia chileno. Lamentavelmente, com a instalação da Ditadura de Pinochet, ocorreu uma ruptura com os rumos que a Universidade seguia até então. Primeiramente, os exilados de outros países não foram mais aceitos e os próprios professores chilenos passaram a ser exilados. Para se ter uma idéia, o nosso Departamento de Geografia, o mais importante do País, passou de trinta para três professores com carreira permanente. Muitos foram exilados, outros foram presos e alguns chegaram a morrer. Foi um tremendo golpe, porque excelentes pesquisadores chilenos, não só da geografia, mas de todas as ciências humanas, foram morar em países como a Suécia, o Canadá, os Estados Unidos, entre outros e nunca mais voltaram ao Chile. Desse modo, ocorreu uma interrupção muito forte com relação à pesquisa e apenas alguns pesquisadores jovens – eu me incluía entre eles – continuaram uma pesquisa modesta e silenciosa, porque, evidentemente, a perseguição e a intervenção na Universidade era intensa.

Edilson Pereira Júnior: Então a repressão continuou mesmo depois dos exílios?

Hugo Romero: Sim. Só para mencionar um exemplo, os reitores das Universidades eram generais do exército e estas passaram a ser controladas por partidários do regime de Pinochet, através de grupos de segurança, vinculados às forças armadas. Assim, na própria Universidade do Chile o reitor era um general e a equipe de gestão era formada por coronéis, responsáveis por designar os diretores de departamento. Evidentemente, nestas condições, o trabalho geográfico se tornou difícil. Mas, nesse mesmo período, ocorreu um fato curioso. Começamos a ter problemas com a Argentina, em virtude de uma disputa territorial de fronteira, no Canal de Beagle, e, portanto, houve necessidade por parte dos geógrafos, de produzir informações territoriais mais cuidadosas. Nós geógrafos fomos convocados e

* Professor Doutor da Universidade do Chile

emitimos um laudo arbitral para a Grã Bretanha sobre a soberania das Ilhas Picton, Nueva e Lennox, que são três Ilhas localizadas no extremo sul do País. A partir daí nosso trabalho foi mais valorizado e começamos a realizar uma seqüência de estudos para compreendermos a dinâmica do território chileno. Mas nossa relação com o Governo nunca foi harmoniosa. Por exemplo, em 1986, a política de Pinochet instituiu projeto de colonização no sul do País e nos convidaram para falar sobre o assunto. Concluimos que o processo seria um total fracasso, mas já era tarde demais. Várias famílias pobres já tinham sido transportadas para áreas inóspitas, sem nenhuma possibilidade produtiva, significando um sacrifício enorme para uma grande quantidade de pessoas. O debate acirrou os ânimos em todo o Chile e isso significou para alguns professores da Universidade uma demissão imediata. Eu mesmo fui forçado a refazer o relatório final, tendo em vista a atenção recebida pelo assunto nos meios de comunicação. Em outro episódio, abriu-se uma frente de pesquisa sobre a contaminação atmosférica nas cidades chilenas, principalmente em Santiago, entre os anos de 1986 e 1988. Realizamos uma pesquisa multidisciplinar sobre o efeito da poluição na saúde da população, em especial nas crianças. A investigação deu resultados críticos e tivemos que lidar com o problema de divulgar o efeito prejudicial da poluição. O estudo foi encomendado pelo Governo chileno à Universidade e financiado por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, mas, depois de realizado, foi simplesmente arquivado, pois demonstrava fragilidades do Governo Pinochet. Parece-me um absurdo gastar grande recurso na realização de pesquisas, pagarem pesquisadores e esconderem os resultados com intuito de evitar a difusão das informações. Mas pior ainda é censurar, ameaçar, expulsar ou até perseguir professores que apresentassem os seus estudos sobre tais questões. Não foram poucas às vezes em que fomos ameaçados, afastados ou até “encorajados” a alterar resultados da pesquisa em nome desse contrasenso. Felizmente muitos alunos e colegas se mobilizavam reivindicando nosso retorno. Quando voltávamos, recomeçava o processo. Até que um dia resolveram cortar o mal pela raiz. Em 1986 as matrículas no Curso de Geografia foram encerradas e o Departamento de Geografia da Universidade do Chile foi transferido para a Faculdade de Filosofia, onde se encontrava o Curso de Arquitetura. Esta mudança teve como principal propósito eliminar a Escola de Geografia e foi pensada para ilhar o curso das demais ciências sociais. Ao mesmo tempo suspendeu o ingresso de novos estudantes e encerrou os estudos de temática geográfica, principalmente pelo seu caráter crítico. O mais lamentável no período foi, no interior das salas de aula, a infiltração de espiões professores e estudantes, responsáveis por freqüentes dossiês fidedignos sobre o que se lecionava, o que se pesquisava e o que se comentava. É muito difícil de admitir que entre os próprios professores e entre os estudantes havia pessoas que trabalhavam como informantes, mas existia, e o trabalho era altamente eficiente, por isso muitos foram castigados, afastados e até desapareceram na Ditadura. As condições foram extremamente difíceis. Contudo, apesar de todos os problemas, a disciplina sobreviveu. Eu diria que isso aconteceu principalmente pela qualidade das pesquisas que foi desenvolvida durante todo este tempo, mesmo que os resultados tenham sido direcionados de acordo com os interesses do Governo. Esse nosso esforço, de alguma maneira, possibilitou nossa sobrevivência.

Denise Bomtempo: Professor, com a democratização a situação melhorou?

Hugo Romero: Isso é muito interessante. Quando retornou a democracia, em 1990, todos estávamos com grande expectativa, não só os geógrafos, mas todos os cientistas sociais chilenos. Infelizmente, para nós, o entusiasmo durou pouco. Logo nossa esperança de fazer da geografia uma ciência forte no Chile democrático esbarrou na falta de financiamento para as Universidades públicas, sobretudo para as pesquisas. O Chile é um país que não tem um financiamento significativo nem para as Universidades Públicas nem para as pesquisas científicas. Hoje, os estudantes de graduação em Geografia pagam o equivalente a U\$ 2.500,00 anuais e os estudantes de mestrado devem pagar por volta de U\$ 5.000,00 anuais para realizarem seus cursos. Mesmo assim não há auxílio de verba nem bolsas de estudo. Desse

modo, a maioria dos estudantes tem que pagar com o seu próprio dinheiro para seguir os estudos, por isso somos poucos. Na pós-graduação não temos mais que dez alunos por ano, o que resulta num número pequeno de profissionais formados. Então, o problema é de remuneração, muito baixa, mas também está associado a uma vinculação ideológica, o Governo não apóia a Universidade Pública, como ocorreu e ocorre no Brasil. Como não há apoio à pesquisa, nem tampouco a formação de recursos humanos, não se gera recursos necessários para se formar programas de doutorado. E como não há doutorado, não há pesquisa, e assim se reproduz o círculo vicioso. Os estudantes, então, procuram estudar em outros países, como Espanha, Suécia, França, Alemanha, Inglaterra ou Estados Unidos, mas aí eles também enfrentam problemas porque existe um número reduzido de bolsas. Apesar disso, uma pequena comunidade de pesquisadores frequenta congressos nacionais e internacionais de geografia, nos quais apresenta mais de uma centena de trabalhos, em geral realizados com recursos dos próprios professores. O único centro de apoio à pesquisa no Chile é o Fundo Nacional de Pesquisa do Chile, parecido com o CNPq no Brasil, mas é altamente competitivo. E isso é muito contraditório, pois há uma disparidade entre as transformações econômicas, sociais e culturais que atualmente ocorrem no Chile e o desenvolvimento do conhecimento geográfico. Este último é por demais modesto e um avanço considerável poderia acontecer. Do contrário ficaremos mais presos aos trabalhos realizados por estrangeiros. Digo isso porque realmente existe uma grande quantidade de trabalhos sobre a geografia chilena realizados por pesquisadores alemães, japoneses e dos Estados Unidos, isso sem qualquer relação com os pesquisadores ou com a produção bibliográfica chilena. Parecem produzidos com base numa filosofia de competição internacional por conhecimento geográfico, na qual os estudiosos estrangeiros estão mesmo interessados em serem os primeiros a publicar seus resultados em revistas internacionais de prestígio, como a *Nature* ou qualquer outra revista que apresente um certo *status*. Enquanto isso, nós, os pesquisadores chilenos, além de não termos nossas pesquisas publicadas em veículos importantes, sequer sabemos o que se tem publicado sobre o Chile no mundo. Felizmente a Internet vem mudando um pouco esse quadro.

Denise Bomtempo: Será que não acontece algo parecido com a Amazônia brasileira, onde profissionais ligados às empresas multinacionais procuram reunir e manipular informações segundo seus interesses?

Hugo Romero: Seguramente. Esta é uma situação com a qual estamos lidando. Mas o pior é quando temos professores que trabalham conosco, no mesmo departamento, e têm ligação direta com pesquisadores estrangeiros, oferecendo-lhes informações para serem publicadas em periódicos internacionais. Muitas das informações fomos nós mesmos que pesquisamos e sequer somos citados.

Denise Bomtempo: O Senhor vê soluções em curto prazo para essas questões?

Hugo Romero: Vejo muitas possibilidades. Uma delas é a montagem de uma forte integração da geografia latino-americana. Somos um país pequeno, que tem muitas dificuldades e que enfrenta várias transformações. Por isso percebemos que o Brasil tem um importante papel nessa integração. Mas também não queremos que o Brasil considere o Chile um país menos importante. Na verdade somos gratos pela colaboração permanente dos pesquisadores e das universidades brasileiras, principalmente quando recebem nossos estudantes e pesquisadores, pois estão contribuindo para o desenvolvimento das investigações sobre o Chile, ou melhor, para o desenvolvimento das investigações latino-americanas. E dentro desse contexto, seria mesmo muito interessante que as universidades brasileiras abrissem mais ainda suas portas aos estudantes latino-americanos, não somente aos chilenos, mas também aos colombianos, aos peruanos, aos uruguaios, entre outros, que não apresentam programas de doutorado. É necessário que se estabeleça um diálogo muito maior entre o Brasil, que tem muitos

programas de doutorado não só nas grandes cidades, mas também no interior, com os países da América Latina. É preciso romper as diferenças culturais, principalmente lingüísticas, para que possamos estreitar as interlocuções. É claro que o mesmo deve ser feito com os países africanos e com os Estados Unidos, mas o Brasil precisa assumir uma posição de liderança nas discussões da geografia latino-americana. Há de se reconhecer que o Brasil é o país mais importante da América Latina. Se não for o Brasil quem lidere a pesquisa geográfica latino-americana, quem vai liderar? Um outro país que poderia ter uma certa possibilidade é o México, mas é um país que tem as suas relações centradas na América do Norte. As principais relações mexicanas são estabelecidas com os Estados Unidos e não com o restante da América Latina. A Argentina, que também tem alguns programas de doutorado interessantes e alguma experiência em formação geográfica, foi afetada severamente pela crise econômica da década de 1990 e, hoje, dificilmente poderia pensar em assumir uma liderança acadêmica internacional. Na Argentina, os graves problemas de alguns anos também atingiram a Universidade e, em muitos aspectos, vive-se uma calamidade. Por exemplo, suas infra-estruturas estão obsoletas, as atividades desenvolvidas não têm tanta significação geral e os professores argentinos fazem um esforço sobre-humano para manter o sentido do trabalho desenvolvido durante anos. Isso me faz seguramente pensar que o conhecimento geográfico produzido pelo Brasil precisa ser acessível e ser discutido entre os países da América Latina, porque, como já foi comentado, a produção geográfica que se faz nos outros países ainda tem uma certa limitação de qualidade e quantidade, se requerendo muito da influência internacional.

Denise Bomtempo: Gostaria que o Senhor comentasse como está configurado o ensino de Geografia nas escolas fundamentais e médias do Chile.

Hugo Romero: Sobre esse tema, um aspecto seguramente preocupante é como o ensino de Geografia na América Latina vem retrocedendo, em alguns casos até desaparecendo. No Chile o ensino de Geografia não existe como no Brasil. A Geografia vem sendo uma ciência humana que praticamente não se ensina nas salas de aula, salvo em seu caráter descritivo, ou seja, carente de significado e totalmente inútil para os estudantes. Aliás, estes estudantes já perceberam isso e não despertam mais para o conhecimento geográfico. A mesma coisa vem ocorrendo em outros países da América Latina. Na verdade é o modo espanhol de docência, que foi reproduzido nos países latinos sem nenhum senso crítico. Ora, com o passar do tempo, é natural que não tenhamos mais alunos interessados pela geografia, pois sequer conhecerão o seu valor. Então como vocês acham que o estudante chega na Universidade para estudar geografia? Respondo a partir de uma experiência muito triste para todos nós: sempre que inicio minhas disciplinas no primeiro ano do Curso de Geografia indago aos presentes porque decidiram estar ali. O que escuto é que procuraram na Internet alguma opção profissional que abordassem temas como meio ambiente, urbanização, entre outros. Muitos dizem que se interessam por mapas, pelos Atlas etc. Na verdade, acho que chegaram na geografia por azar. Apenas uma pequena parte chega pelo fato de ter sido estimulado por um bom professor de geografia na formação básica.

Edilson Pereira Júnior: Isso dificulta o desempenho também na graduação...

Hugo Romero: Isso mesmo. Devido ao cenário apresentado, muitos estudantes que chegam à Universidade para estudar geografia, desistem, porque quando começam a descobrir a disciplina, também descobrem que não era aquilo que estavam buscando. Às vezes os próprios professores universitários não conseguem entusiasmar, isto é, não tem capacidade de convencer os alunos e muitos abandonam o curso. E posso afirmar que tal situação é comum também no Peru, Argentina, Paraguai, Colômbia e em toda América Central. Ou seja, a geografia encontra dificuldades na América Latina: há um pequeno curso no Panamá, que está começando; há algum esforço na Universidade da Bolívia; na

Colômbia, há um movimento um pouco maior, com vários departamentos de Geografia, mas somente com graduação, pois não há programas de pós-graduação colombianos; na Venezuela há mais tradição, particularmente na Universidade dos Andes, de Mérida e na Universidade Central de Caracas, mas lamentavelmente, naquele país, está ocorrendo uma polarização social e política muito grande, o que divide os geógrafos e retarda o desenvolvimento do pensar geográfico. Outros países que também apresentam dificuldades são Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala, nos quais o conhecimento geográfico ainda engatinha. Na Costa Rica é um pouco diferente, há um departamento de Geografia bem consolidado, mas são poucos os recursos humanos destinados à pesquisa, o que acarreta dificuldades. Diante do que apresentei, podemos concluir que a discussão geográfica no nosso continente não é tão positiva, por isso eu acho que os estudantes de doutorado, mestrado e graduação, as pessoas que estão pensando a geografia no Brasil, devem também pensar sobre a responsabilidade de construir esta ciência numa escala latino-americana. Mas já conseguimos encontrar um certo intercâmbio, embora esteja bem aquém do ideal. Assim, temos que trabalhar no sentido de conquistar recursos econômicos para conseguir alargar as relações entre as universidades latino-americanas, para que os estudantes possam conhecer a geografia que se produz no nosso continente, sobretudo no Brasil, que já acumulou muitas conquistas. Eu diria que a única maneira de se aprender geografia é visitando outros lugares, regiões, países, outras realidades. Eu creio que nós geógrafos temos que conhecer em profundidade a realidade para contribuir com a produção de um conhecimento geográfico que seja renovado e expresse a identidade da realidade latino-americana.

Denise Bomtempo: O Senhor vê muitas barreiras para o aumento dessa interlocução?

Hugo Romero: Algumas, sobretudo no que diz respeito à língua. Eu venho ao Brasil, em média, seis vezes ao ano. Leio muitos livros brasileiros, mas lamento dizer que os estudantes chilenos não lêem em português e não fazem esforço para tal. Levo muitos livros, mas somente eu faço a leitura, os estudantes que deveriam fazer uso do material, não se esforçam tanto. Preferem ler em inglês ou francês, na tentativa de fazer pós-graduação na Europa. Assim, uma primeira barreira a superar seria a da língua e isso poderia ser feito a partir de um intercâmbio mais consolidado entre o Brasil e o Chile. Desse modo os estudantes se interessariam pelo português, bem como, os brasileiros se interessariam em estudar o espanhol e teríamos um esforço de ambas as partes para o avanço da geografia no continente. Eu lamento muito que o Milton Santos não tenha conhecido o Chile. Na última vez que conversamos, ele manifestou interesse em participar do 8º Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL, que ocorreu em 2001. Eu lutei bastante para que o Encontro fosse realizado no Chile, porém em dezembro de 2000, tive que me afastar completamente das atividades, em função de um acidente automobilístico sofrido aqui mesmo no Brasil. Em março de 2001, com muito esforço, ainda consegui assistir a fala de alguns geógrafos. Mas apesar dessa distância, num momento tão importante, fiquei muito satisfeito, sobretudo por termos conseguido realizar um evento da estatura do EGAL no Chile e num ambiente de segurança e tranquilidade. Mas também lamento que geógrafos importantes no Brasil como Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e o próprio Milton Santos não tenham conhecido de perto o trabalho da geografia chilena e tudo porque a Universidade chilena se esforça pouco para a realização de intercâmbio. Para se ter uma idéia, estou de férias do trabalho e aproveito este momento para visitar programas de pós-graduação e ampliar contatos, mesmo sem nenhum financiamento. Essas dificuldades me impulsionam ainda mais e tento levar todo o aprendizado das visitas para as minhas aulas e para o meu trabalho de pesquisador. Seria ótimo que outros professores chilenos também ampliassem esse contato, convidando, em seguida, professores brasileiros para conhecer a realidade chilena, no intuito de formar, se possível, uma rede de pesquisadores para consolidar projetos e realizar pesquisas em conjunto. Algumas visitas de geógrafos brasileiros já foram feitas, como ocorreu recentemente com os professores Antônio Carlos Robert Moraes e Wanderley

Messias da Costa, ambos da Universidade de São Paulo - USP, mas é preciso ir além e insistir na realização de um trabalho em conjunto. Nós chilenos perdemos com esse afastamento, porque continuamos isolados e não aprendemos com a experiência da leitura geográfica brasileira. O Brasil perde porque, depois de sentir recentemente o impacto de governos neoliberais, precisa estudar melhor uma realidade na qual o Chile tem anos de experiência, exatamente para que possamos compreender, criticar e evitar um acirramento dos horrores dessa política.

Edilson Pereira Júnior: Professor já é possível discutir a herança do projeto neoliberal no Chile? Até que ponto as desigualdades sociais chilenas são mais expressivas do que as desigualdades de outros países latino-americanos?

Hugo Romero: Essa é uma pergunta difícil, porque toda a discussão sobre a transformação da estrutura produtiva no Chile e a sua inserção na economia global nos leva a concluir que existem êxitos, pois o país está alcançado competitividade internacional, mas isso não está sendo capaz de transformar a distribuição de renda. A estrutura de renda chilena é muito similar a do Brasil, no entanto, o pobre chileno é muito mais carente que o pobre brasileiro e isso deixa a classe menos abastada no Chile com menor poder aquisitivo. Os últimos números revelaram que havia em torno de 16% de população pobre no Chile, isso para 16 milhões de pessoas, o que equivale a dois milhões de pessoas no total. Ora, o que constatamos é que o Chile tem dinheiro para reverter esta situação, mas não o faz porque precisa manter um exército de reserva bem grande. Se o Governo chileno se propusesse a resolver a pobreza, melhorando a situação de moradia, de saúde pública, de educação pública, ele poderia perfeitamente fazê-lo. Desse modo, se formos comparar a renda *per capita* chilena com a de outros países latinos, iremos perceber que a situação do país onde moro é bem melhor, porém, possuímos também mais desigualdades. E para que a distribuição da renda se faça de maneira menos desigual é preciso tomar algumas medidas importantes: primeiramente é preciso realizar uma inversão social e para isso o Governo chileno teria que disponibilizar recursos significativos. Infelizmente, para o sucesso deste projeto, o Chile não se encontra numa relação de grande vantagem no mercado internacional, ou seja, apesar de possuir muito dinheiro advindo das exportações, este não entra maciçamente no país. Temos inflação, e isso também é um ponto negativo para estabilizar a situação econômica, além de uma crescente desvalorização do dólar, o que vem sendo muito ruim para um país exportador como o nosso. Frente a esse quadro, o dinheiro que o Governo disponibiliza, por arrecadação de impostos e por vendas de produtos, não pode ser revertido para a população, em vez disso depositam nos bancos internacionais como fonte de poupança. Se o Governo do país pudesse gastar este dinheiro, resolveria grande parte dos problemas de pobreza da população e, por consequência, diminuiria a desigualdade. Uma outra possibilidade que poderia contribuir para a melhoria na distribuição de renda seria uma maior cobrança de impostos das classes de maior poder aquisitivo, porém tal medida provocaria o desmantelamento das atuais alianças políticas estabelecidas. Afirmo isso porque a Ditadura deixou uma herança política baseada numa espécie de equilíbrio de representação entre as forças de direita e centro-esquerda. A Lei Federal determina a eleição para o Senado e para a Câmara dos Deputados de um representante de cada uma dessas tendências e isso vai sempre equilibrar as forças entre a oposição e a situação junto ao Governo. Teremos sempre uma estrutura parlamentar representada em igual número de políticos de direita e de centro-esquerda, impedindo qualquer transformação no que tange ao sistema de cobrança de impostos. Mas, mesmo analisando todas essas situações, temos que perceber que o nível de desenvolvimento social chileno é melhor do que alguns países latinos. No País não existe analfabetismo, todos freqüentam a educação primária, e a água potável e a eletricidade são distribuídas para todo país, portanto, atende a maioria da população. Isso nos leva a concluir que os indicadores clássicos de desenvolvimento latino americano não se aplicam no Chile. Mas, o que impede a equidade social? É a competitividade da mão-de-obra? E por que essa força de trabalho é pouco competitiva?

Poderíamos arriscar algumas respostas: primeiro, porque o nível de educação da maioria da população é baixo, pois o que é garantido é apenas a educação fundamental. Assim, poucos têm educação média e a minoria possui formação universitária. Grande parte da população não tem incentivo para dar continuidade aos estudos e por isso ingressam no mercado de trabalho de maneira desqualificada, não competindo com os trabalhadores mais preparados. Não podemos nos esquecer que estamos falando de um país neoliberal, onde os salários são definidos pela competitividade e não por lei. Se fosse, teríamos talvez outra realidade. Assim, os trabalhadores, sendo pouco competitivos e não apresentando formação educacional suficiente, recebem baixos salários. Este panorama possibilita compreendermos porque a pirâmide de pobreza no Chile é tão extensa. A única saída possível seria uma grande inversão social, principalmente na educação e capacitação, pois a educação pública no Chile é altamente deficiente, e é nesta escola que estuda a maioria da população pobre. Por outro lado, os setores mais ricos da sociedade têm investido fortemente na educação e na capacitação de seus filhos, o que gera uma diferença de qualidade entre os sistemas de educação e até mesmo na quantidade de anos de estudo. Evidentemente, tais cursos vão favorecer os setores mais ricos, que estarão cada vez mais educados, capacitados, competitivos e globalizados, se inserindo muito melhor nos melhores trabalhos. Assim, temos uma situação que explica, em grande medida, a manutenção da desigualdade e da má distribuição de renda. Por outro lado, entendemos a gravidade do problema e não acreditamos em discurso populista que venha com medidas de mudança imediata. Acreditamos que as mudanças devem ser feitas em longo prazo, é preciso mudar pilares básicos como, por exemplo, a educação do país. Durante a Ditadura e mesmo depois que ela se encerrou, tudo no Chile era muito limitado, não havia suporte para introduzir modificações nas políticas econômicas e sociais e o populismo se colocou como uma medida inadequada. Mas ainda existem alguns pontos que eu gostaria de destacar acerca do acordo político entre Governo e oposição. Eu entendo que tal diálogo é muito importante para a estabilidade política chilena e para a reconstituição de sua democracia. Sem este acordo é provável que sequer a democratização teria se dado da forma como se deu, principalmente se considerarmos o nível de radicalidade da Ditadura chilena, que provavelmente teria acentuado a repressão em nome de um “controle” das manifestações vindo dos representantes de centro-esquerda. Assim, num país como o Chile, não se poderia explicar a mudança política e econômica com êxito sem que um acordo fosse realizado entre os políticos de diferentes projetos. Como os políticos chilenos, em geral, são muito conservadores, houve sim a necessidade de uma intensa negociação para a implantação de muitos princípios em implementação no país, contudo, este “diálogo político” faz com que muitos grupos significativos não sejam ideologicamente representados. Por exemplo, existem grupos que não alcançam a porcentagem de votação para fazer parte do Governo e assim ficam sem representação de nenhum tipo, excluindo as minorias do processo político. Essa é a parte negativa dessa democracia. Por outro lado, até reconhecemos uma pauta de discussão interessante dentro do atual sistema político. Por exemplo, estão discutindo programas para acabar com a delinquência. É um problema comum que enfrentamos no país, e por se mostrar, aparentemente, uma questão independente de qualquer visão ideológica ou partidária, todos trabalham no sentido de resolver a problemática. Estas atitudes mantêm o “acordo” mencionado e reproduzem com força o sistema atualmente vigente. Um último ponto a ser enfatizado sobre a política do Chile, e que o diferencia um pouco dos outros países latino-americanos, é que o nível de corrupção é baixo. Para a população em geral, a corrupção pública é muito mal vista e um político que é acusado por corrupção praticamente tem sua carreira comprometida, se afastando para sempre da vida pública. No Brasil, por exemplo, existe corrupção policial, o que é mais difícil de acontecer no Chile. Não estamos afirmando que não há corrupção, sem dúvida ela existe, mas é numa proporção menor. O mais interessante é que reconhecemos o esforço do Governo e da própria sociedade em diminuir tais problemas e isso traz mais transparência para a vida pública. Creio que essa consciência social é um ponto positivo não só para a administração política, mas para que tenhamos uma democracia melhor e mais eficiente.

Edilson Pereira Júnior: Professor e o seu interesse pela geografia dentro do contexto da realidade chilena, se deu por alguma influência em especial?

Hugo Romero: Bem, penso que fiz parte de uma geração de professores universitários que a única maneira de ser respeitado era sendo muito bom no trabalho que desenvolvia, porque a perseguição dentro da Universidade foi intensa. A primeira vez que fui expulso foi em 1973, e isso já foi muito difícil. Eu tinha apenas 23 anos e a única maneira de conseguir levar adiante o trabalho geográfico, era ter muita cautela e muita vontade de superar o que estava posto. Para nós, no período de Ditadura, foi muito difícil viver no estrangeiro. Eu fui para a Inglaterra e para a Suíça, depois voltei ao Chile com um compromisso tácito e persistente, mesmo diante de tanta perseguição e acusação, principalmente para manter o trabalho que tínhamos iniciado na Universidade. Era uma obrigação moral. Durante a experiência no exterior foi possível ter uma formação em alto nível de competência e isso constituiu um estímulo muito grande também. Estudei na Inglaterra, na Suíça e fiz o doutorado na Espanha, onde participei de centros intelectuais muito importantes. Eu sempre tive uma atuação multidisciplinar e por gostar de dialogar com vários profissionais, tais como antropólogos, biólogos e economistas, acredito que essas áreas me possibilitaram entender com muito mais abrangência a ciência geográfica. Assim, mesmo com o meu doutorado sendo na área de climatologia, realizei uma climatologia social. Nos meus estudos vi a necessidade de relacionar os problemas climáticos com as mudanças na organização da sociedade que ocorreram a partir do século XX e, para isso, os professores que eu tive, principalmente na Suíça, me marcaram muito fortemente, me estimulando a focar meu tema de pesquisa a partir de uma visão geral da Geografia. Com base nesse estímulo, tive a oportunidade de conhecer grandes geógrafos e cientistas sociais, que muito auxiliaram na minha formação e com os quais consegui fazer muitos contatos, a exemplo de Chorley, Harvey, entre outros. Provenho de uma família de classe média baixa, estudei num colégio público e conseqüentemente eu não sabia nenhum idioma estrangeiro. Então a minha primeira preocupação foi estudar inglês para ir para a Grã-Bretanha. Depois estudei francês e ao aprender estes idiomas, ultrapassei muitas fronteiras, passando a participar de redes de discussão, sempre considerando a importância da multidisciplinaridade. Esta leitura é um tanto difícil, pois temos a tendência de sermos especialistas dentro da academia, mas, em muitos momentos da vida acadêmica, temos que ter uma visão sistêmica do funcionamento da sociedade. Por conta desta forma de pensar é que tive boas oportunidades de diálogo e até participei da Conferência sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade no Rio de Janeiro em 1992, como parte da delegação chilena que representava a Universidade. No geral, creio que nós geógrafos, de certa maneira, somos especialistas, mas esta especialidade precisa irromper e não ficar enclausurada. A geografia e os geógrafos que tive contato na época que estudei na Europa são prova disso. Sempre tivemos a sensação que o geógrafo estuda o mundo, mas na verdade estudamos o que tem nele e, pra mim, é muito interessante conhecer outras culturas, outros lugares, outras pessoas. Isso me trás uma sensação de felicidade.

Denise Bomtempo: Esse foi um dos principais motivos que levou o Senhor a escolher a geografia na juventude?

Hugo Romero: Sim, sem dúvida. Mas isto também está muito relacionado a minha vida pessoal. Quando tinha 15 anos o meu pai trabalhava como motorista de ônibus. Ele descobriu então, que várias empresas responsáveis por excursões de finais de semana estavam precisando de adolescentes para realizar trabalhos gerais. Rapidamente me engajei nesse emprego e o resultado foi ótimo. Além de ganhar meu próprio dinheiro, viajei por todo o Chile, conhecendo paisagens de colonização alemã, os lagos, as montanhas, o deserto, as áreas glaciais etc. Como também fazia serviços de guia turístico,

estudei bastante sobre os lugares visitados me aproximando muito das temáticas geográficas. Tudo isso não só me estimulou a escolher a geografia como profissão, como me proporcionou a oportunidade de financiar meus próprios estudos. Então, conhecer o mundo, já como professor de geografia, foi uma satisfação iniciada desde os tempos de adolescência. Também tive uma sorte enorme, porque minha família sempre me apoiou. Minha esposa e meus quatro filhos, apesar das ausências, sempre compreenderam muito bem a situação e essa tranquilidade familiar me permitiu trilhar os caminhos que escolhi com muita segurança. Também ser professor e ter os estudantes comigo foi muito importante, sem eles eu não teria conseguido fazer e nem publicar grande parte dos trabalhos que desenvolvemos. Isso desde os primeiros momentos, quando eram alunos e ainda hoje, depois que se tornaram professores. Por exemplo, atualmente, no laboratório da Universidade, trabalha um professor que foi meu aluno de graduação e pós-graduação. Quando retorno ao Chile, os trabalhos que temos em mente são executados, isto é, não ficam somente no papel exatamente porque temos pessoas comprometidas com a produção da geografia chilena.

Denise Bomtempo: Professor, do ponto de vista dos conceitos trabalhados e das linhas de pesquisa existentes, como se configura a produção teórica da geografia chilena?

Hugo Romero: Eu penso que há pouca discussão teórica. Creio que a geografia chilena não é uma geografia teórica, lamentavelmente, é uma geografia pragmática. Existem algumas explicações e algumas delas eu já mencionei. A nossa geografia foi constituída em meio a uma questão de sobrevivência, foi um conhecimento produzido de maneira dolorosa, atendendo muito mais uma demanda útil que permitisse explicar muitas coisas da realidade, no sentido estritamente positivo. Isso foi uma limitação séria. Não havia formulação crítica suficiente para se fazer uma teoria, e, portanto, as correntes adotadas eram aquelas que garantissem nossa permanência no exterior. Por isso tivemos várias influências de países que também têm pouca tradição teórica, como a Suíça e a Espanha. Na Inglaterra, existe um interesse pela teoria, mas na maior parte das vezes que estabelecíamos intercâmbio, era necessário estudar “coisas úteis”, a despeito de não conseguirmos bolsas. Eu mesmo, para conseguir uma bolsa na Inglaterra, tive que estudar engenharia agrícola e não geografia, porque a geografia era considerada inútil. É muito interessante a percepção que as instituições de fomento têm pela Geografia. Então, quando fui estudar engenharia agrícola na Inglaterra, praticamente tive que me afastar da Geografia, mesmo com o meu professor/ tutor sendo geógrafo. Em função disso, não tive condição de realizar discussões teóricas, pois esperavam de mim respostas “sólidas” e “práticas”. Mas é preciso destacar outro aspecto muito importante: no Chile, nós não formamos professores de geografia, formamos geógrafos. É o único país que forma exclusivamente geógrafos profissionais e por isso o número é bem considerável em relação ao total da população. Assim, são cerca de mil geógrafos que trabalham em empresas privadas e públicas, enquanto os professores não se formam em cursos de geografia, mas em escolas pedagógicas. O que quero dizer é que nosso geógrafo trabalha em planos de desenvolvimento territorial, no ordenamento de uma cidade ou fazendo o planejamento numa bacia hidrográfica, o que impossibilita o maior interesse pela teoria, estimulando uma formação técnica cada vez mais requerida pelos estudantes. No fundo, formamos mais profissionais técnicos do que professores, e isso não é comum aos países latino-americanos. Portanto, em nome das urgências e das várias aplicabilidades que o geógrafo do Chile precisa dar conta, a teoria não é necessária no cotidiano e, por isso, muitas vezes nem é discutida na Universidade. Não há um encontro com a filosofia e, para mim, isso é um prejuízo, porque acabamos não estruturando a nossa própria ciência e tão pouco poderemos intervir intelectualmente nas grandes decisões políticas do país. Diante do exposto, é muito difícil que venhamos a ter cursos de doutorado, pois não temos os fundamentos teóricos necessários para montar um programa dessa natureza. É um pragmatismo que se transforma num elemento negativo, mas, por outro lado, gera uma classe de profissionais que se apresenta muito

útil. No Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), que ocorreu em São Paulo em 2005, eu já dizia que o mercado de trabalho dos geógrafos no Chile é crítico, porque muitos são técnicos que em grande medida só atende aos interesses do neoliberalismo, assumindo claramente um perfil funcionalista. Falta-nos então uma discussão de abordagem crítica e tenho escrito artigos sobre isto. Critico a atuação dos geógrafos chilenos por serem extremamente técnicos, mas também não posso deixar de considerar toda a conjuntura histórica da geografia chilena. No entanto, reclamo dos direcionamentos atuais: é preciso vencer as limitações. Poderíamos tomar o exemplo de alguns sociólogos, cientistas políticos e historiadores, que no Chile trabalham mais criticamente e por isso apresentam discussões mais relevantes que os geógrafos, com um significado muito mais importante para a sociedade chilena. Mas não acho impossível construir uma geografia que agregue a discussão social, que tenha base teórica sólida e que consiga também apresentar aplicabilidade. Para isso, é preciso muito esforço e dedicação por parte dos profissionais, só assim poderemos contribuir para termos um país desenvolvido, mesmo sabendo que este não é um problema somente da Geografia, mas também para a Sociologia, para a economia, entre outras. Aliás, no âmbito da economia, temos uma realidade um pouco parecida. As ciências econômicas, no Chile, têm como base os ensinamentos de Milton Friedman e da Escola de Chicago. Assim, não temos uma economia alternativa que chegue até às decisões políticas. As grandes escolas de economia que predominam entre os chilenos são as que fazem parte do pensamento econômico hegemônico. Eu diria que a geografia do Chile é muito provinciana e muito setORIZADA, mas de certa maneira, isto é o reflexo de uma sociedade que vem saindo de uma crise muito profunda. A democracia chilena não tem um caráter revolucionário, mas precisamos ter de alguma maneira organização para lutarmos por uma realidade diferente. Este é um caminho muito difícil, mas que deve ser percorrido. Hoje, creio que os países latino-americanos percorrem um caminho equivocado, a nossa democracia não está sendo capaz de criar condições para gerar a transformação social. Temos muitos problemas, entre eles o narcotráfico, que controla grande parte dos países latinos, além da questão ambiental, que só piora nas grandes cidades. Devido à insuficiência do sistema político, estamos à beira do precipício, e isso é muito perigoso porque toda a sociedade acaba pagando a conta. Temos então que lutar contra tudo isso, mas sei que é difícil. Sou de uma geração na qual a mídia não noticiava e sim mentia, escondia a real situação que se encontrava o país. Não era permitido entrar no Chile nenhum jornalista estrangeiro, nenhum livro crítico poderia ser lido, muitas vezes tínhamos que queimá-los. Por dezessete anos vivemos esta situação. Por isso esperávamos tanto pela democracia. Considerávamos a liberdade algo incondicional, e de fato é. Mas hoje percebemos também que esta democracia não é perfeita. Então, creio que, antes de sermos geógrafos, somos pessoas, passamos pelas mesmas dificuldades que todos os cidadãos. Acredito que a geografia possa contribuir para a democracia; possa contribuir para uma melhor qualidade de vida para todos; possa contribuir para que tenhamos um mundo menos desigual; possa contribuir para uma integração muito maior. Creio que são missões extremamente importantes que temos pela frente e sei que não vamos mudar o mundo totalmente. Mas é preciso continuar acreditando num sonho de transformação. Eu não queria repetir na minha vida uma existência no anonimato. Isso foi muito difícil de suportar. Uma confrontação ideológica e política tal que as pessoas se submetiam a terríveis situações. Não é a toa que, no Chile, ainda carregamos um medo muito forte, pois a Ditadura foi muito recente e ainda é sentida. Imagine viver num país onde você dormia e não tinha certeza que ia levantar bem; se a sua casa seria ou não bombardeada; se você ou alguém que você conhecia estaria desaparecida ou morta no dia seguinte. Por isso hoje, para nós, existem coisas importantes a fazer. Estamos numa situação de transição, a Presidenta chilena é uma excelente mulher e está fazendo o melhor possível pelo país, mas sabemos que isto é pouco. No entanto, ela está conseguindo um grande apoio popular. Assim, existe uma certa tranquilidade. Existe seguridade, confiabilidade e os indicadores sociais e econômicos estão melhorando mesmo com a permanência de graves problemas. Também precisamos considerar que estamos falando de um pequeno país e não de um país que vai ser

líder em nada. Isso, de certa maneira, reduz a responsabilidade. Não podemos esquecer que além de geógrafos somos pessoas, mas o fato de sermos geógrafos nos permite ter um olhar diferenciado da sociedade e das dificuldades que passamos. Temos que lutar dentro dos lugares nos quais estamos inseridos, para que possamos ter uma sociedade melhor, uma sociedade que tenha preocupações do ponto de vista do território, da natureza, da economia e da cultura, enfim, temos que nos preocupar com a vida, na sua plenitude.

Denise Bomtempo: Professor gostaríamos muito de agradecer pela entrevista.

Hugo Romero: Eu quem agradeço.